

RELATÓRIO MENSAL DE CONTROLE INTERNO

Setembro de 2016



INTRODUÇÃO

Nos termos do art. 74 da Constituição Federal, art. 59 da Lei Complementar nº 101 e da Resolução TCEES nº 227/2011, do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, o Controle Interno da Câmara Municipal de Iconha apresenta relatório sobre as atividades desempenhadas no mês de SETEMBRO/2016.

Em linhas gerais, nossa responsabilidade é verificar:

- 1. A legalidade dos atos de arrecadação da receita e realização da despesa;
- 2. A fidelidade dos agentes da administração responsáveis pelos bens e valores públicos;
- 3. O cumprimento do programa de trabalho do orçamento;
- 4. Observância das normas estabelecidas pela LC 101/2000; Lei 8.666 e IN dos procedimentos gerenciais da Câmara Municipal de Iconha;
- 5. Detalhamento da composição das despesas pagas;
- 6. Outras informações.

Assim, esse Serviço de Controle atuou de forma preventiva através da emissão de análises, diagnósticos, orientações e recomendações. A seguir, estão descritas as principais ações desenvolvidas nas respectivas gestões administrativas:

- Orçamentária;
- De Pessoal;
- De Compras e Almoxarifado;
- Patrimônio;
- Contratos;
- Contabilidade e Tesouraria:
- Diversos.



I – GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

1.1 - Verificação do orçamento compatível com os limites legais

Cumprimento Constitucional (art. 29-A)						
Receitas	Receitas Limite Orçamento Percentual					
(art. 153,158 e 159 CF) Constitucional (7%) Aprovado atingido						
R\$ 27.359.082,86	R\$ 1.915.135,80	R\$ 1.900.000,00	6,94%			

Verifica-se o cumprimento do disposto na Lei.

1.2 - Repasses do Executivo

Mês	Valor a Receber	Valor	Data	Orçamento
		Recebido		Aprovado
Setembro	R\$ 159.594,65	159.594,65	21/09/2016	R\$ 1.900.000,00

Embora tenha havido o descumprimento do Artigo 168 da Constituição Federal, o referido atraso não trouxe prejuízo para a administração financeira da Câmara.

1.3 - Eficiência e Eficácia da gestão financeira

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO					
Despesa Fixada:	R\$	1.900.000,00			
Despesa Execução:			R\$	1.675.211,66	
Diferenças:			R\$	224.788,34	
BALANÇO FINANCEIRO					
Saldo em espécie do mês anterior R\$ 14.117,04				14.117,04	
Transferências financeiras recebidas				1.436.351,85	
Saldo financeiro dispo	nível para mês segu	uinte	R\$	262.783,98	
	BALANÇO P	ATRIMONIAL			
ATIV	0	PAS	SSIV	0	
Ativo Real	R\$ 562.718,98 Passivo Real			R\$ 57.823,74	
Ativo Compensado - Ativo Compen)	-	
Total Geral	R\$ 562.718,98	Total Geral		R\$ 562.718,98	

Verifica-se o Equilíbrio Orçamentário, Financeiro e Patrimonial.



1.4 – Percentual de Participação – Receita e Despesa

Despesas Orçamentárias	Orçado	Pago
Despesas Correntes	1.832.236,00	1.242.957,73
Pessoal e Encargos Sociais	1.442.280,00	1.042.304,21
Aplicações Diretas	1.329.280,00	974.632,39
Contratação por tempo Determinado	2.900,00	
Venc. e vant. Fixas – Pessoal Civil	1.170.000,00	881.810,20
Obrigações Patronais	155.000,00	92.822,19
Outras despesas variáveis – Pessoal Civil	500,00	
Despesas de Exercícios anteriores	580,00	
Indenizações e restituições trabalhistas	300,00	
Aplicação Direta decorrente de operação entre	113.000,00	67.671,82
órgãos, fundos e entidades dos orçamentos fiscal		
Obrigações Patronais – Op. Intra-orçamentárias	113.000,00	67.671,82
Outras despesas correntes	389.956,00	200.653,52
Aplicações Diretas	389.956,00	200.653,52
Diárias – Pessoal Civil	33.654,00	25.380,00
Material de Consumo	78.000,00	36.448,45
Passagens e Despesas com Locomoção	19.000,00	6.730,48
Serviços de Consultoria	20.000,00	
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	26.000,00	18.166,79
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	149.900,00	69.345,53
Auxilio-alimentação	60.502,00	44.582,27
Obrigações Tributárias e contributivas	2.000,00	
Despesa de Exercícios Anteriores	600,00	
Indenizações e Restituições	300,00	
Despesas de Capital	67.764,00	608,00
Investimentos	67.764,00	608,00
Aplicações Diretas	67.764,00	608,00
Obras e Instalações	17.764,00	
Equipamento e Material Permanente	50.000,00	608,00

1.5 - Relatório de Gestão Fiscal

Receita Corrente	Despesa Total	Limite Máximo	Limite	Percentual		
Líquida	com Pessoal		Prudencial	atingido		
31.326.828,63	1.389.927,18	18.796.097,18	17.856.292,32	4,4		
Publicado no Portal da	Publicado no Portal da Transparência do Site www.iconha.es.leg.br					

1.5 – Execução Orçamentária no Período

	Despes	a Orçamentária	
Mês	Despesa	Despesa	Despesa Paga



	empenhada	Liquidada	
Setembro	1.676.053,43	1.245.032,18	1.219.567,20

1.6 – Alterações Orçamentárias – Suplementações

a) Suplementações

Autorização	Supler	nentou	Reduziu		Total do	
	R\$	Ficha	R\$ Ficha		Ato R\$	

b) Movimento de Crédito

Autorização	Movime	Movimentação		Reduziu	
	R\$	Ficha	R\$	Ficha	Ato R\$
Portaria	500,00	022	500,00	020	
032/2016	1.279,04	024	1.279,04	025	1.779,04

1.7 – Conferência dos empenhos quanto a liquidação e pagamento

Todos os empenho foram realizados, liquidados e pagos conforme normas vigentes.

Os pagamentos foram devidamente comprovados através da emissão de cheques e depósitos em conta do credor.

1.8 – Devolução de Repasse

Devolução Duodécimo	Devolução Rendimento de Aplicação
Não executado.	Não executado.

II – GESTÃO DE PATRIMONIO

	Relação de Bens Patrimoniais Adquiridos no Período						
Mês	MêsData aquisiçãoTombamentoDescriçãoLocalizaçãoValor						
Setembro	-	-	-	-	-		
Total das A	Total das Aquisições						



	Relação de Bens Patrimoniais Baixados no Período				
Mês Tombamento Descrição Valor					
Setembro	-	-	-		
Total das E	Total das Baixas				

III – GESTÃO DE PESSOAL

3.1 - Reajustes

	Reajustes no Período – Art. 37, X da CF					
	Servidores	Agentes	Políticos			
%	Autorização	%	Autorização			
-	-	-	-			

3.2 – Consta em folha de pagamento no período

Servidores e Vereadores	Quantitativo
Servidores em Comissão	01
Servidores Efetivos	15
Servidores Licença Saúde	00
Servidores de Férias	00
Servidores Licença Maternidade	00
Vereadores	09
Rescisão Comissionados	00
Servidor Licença não remunerada	00
13º Salário	03
Estagiários	04
Servidor com Função Gratificada	02
Servidor efetivo ocupante de cargo comissionado	01
Servidor Cedido ao Estado	01

3.3 - Férias dos Servidores

Servidor	Período Aquisitivo	Observação
-	-	-



A concessão de ferias está sendo controlada e conferida pelo responsável dos Recursos Humanos e assinado pelo Presidente da Câmara.

A Contribuição previdenciária (patronal e dos servidores) está sendo recolhida em tempo hábil e conferida pelo Controle Interno.

O Setor de Recursos Humanos está de acordo com a DIRF e RAIS, para fins de prestação de contas de 2016.

3.4 – Atendimento a Emenda Constitucional nº 25/2000 (70% da folha de pagamento)

Mês	Setembro
Subsídios Vereadores	45.979,04
Subsídio Presidente	6.012,70
Venc. Servidores Efetivos	40.997,47
Férias Servidores Efetivos	-
13º Servidores Efetivos	8.331,46
Venc. Servidor Comissionado	4.267,29
Totais	105.587,96

Análise da Despesa					
Orçamento Mensal (A) 159.594,65					
Total Vereadores (B)	51.991,74				
Total Servidores (C)	53.596,22				
B+C/A*100	66,16%				

Valor do orçamento é calculado de acordo com o repasse recebido no mês. Pagamento ATS servidora Reginalva, referente ao mês de agosto.

3.5 – Composição das despesas pagas a titulo de obrigações patronais

Mês	INSS Vereador	INSS Servidor	RPA	INSS Patronal	Situação
Setembro	5.137,92	469,40	-	896,12(servidor)+10.918,25(ver eador)=11.814,37	Regular
Total das Obrigações pagas					17.421,69

3.6 - Regime Próprio de Previdência

Mês	IPASIC	IPASIC	IPASIC	IPASIC	Total das	Situação
-----	--------	--------	--------	--------	-----------	----------



	Servidor	Servidor 13º	Servidor Férias	Patronal	Obrigações pagas	
Setembro	4.195,81	894,40	-	8.681,49 + 1.850,60(13°)=	15.622,30	Regular
				10.532,09		

3.7 - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS

Todos os servidores são estatutários, não existe recolhimento.

3.8 – Freqüência dos Funcionários

É registrado em livro ponto. Foi conferido estando em ordem.

3.9 - Demais análises quanto à gestão de pessoal

Demais análises quanto à gestão de pessoal	Sim	Não	Justificativa se necessário
Houve fixação dos subsídios em legislatura anterior?	Х		
Os subsídios estão de acordo com art. 29, VI da CF?	Х		
Houve pagamento de cunho trabalhista aos agentes políticos: 13º salário e férias?		Х	
Houve pagamento aos agentes políticos por sessões extraordinárias?		Х	
Existe verbas de gabinete ou ajuda de custo?		Х	
Agentes políticos retiram adiantamento em seu nome?		Х	
Há cargos em comissão não ligados a direção, chefia e assessoramento?		Х	
Ocupantes de cargos em comissão tem recebido horas extras?		Х	
As fichas funcionais encontram-se atualizadas?	Х		

IV - COMPRAS E ALMOXARIFADO

4.1 - Compras

Material de Consumo	Valor	Valor	Valor Pago



Adquirido no mês	Empenhado no Período	Liquidado no Período	no Período
	53.107,63	36.675,81	36.057,31

Material Permanente	Valor	Valor	Valor Pago
Adquirido no mês	Empenhado no	Liquidado	no
	Período	no Período	Período
	1.603,00	608,00	608,00

Outros Serviços Pagos no mês	Valor Empenhado no Período	Valor Liquidado no Período	Valor Pago no Período
Pessoa Física	26.205,97	18.166,79	18.166,79
Pessoa Jurídica	86.870,56	70.557,23	68.057,23

4.2 - Almoxarifado

Conta Débito	Conta Crédito	Valor
331119900000 - Outros Materiais	115610100000 - Material	172,09
de Consumo	de Consumo	
331119900000 - Outros Materiais	115610200000 - Gêneros	97,76
de Consumo	Alimentícios	
331119900000 - Outros Materiais	115610700000 - Material	1.412,39
de Consumo	de Expediente	
Total		1.682,24

V – LICITAÇÕES E CONTRATOS

Equipe de Pregão – Portaria 028/2015

Gabriela Anholeti Pereira – Presidente Patrícia Comério Astori – Membro Rita de Cássia Figueira Paulino – Membro

Relação de Licitações realizadas no Período					
Modalidade Objeto Valor Contrato Vencedora					
Pregão	Prestação de serviço de	Valor	-	-	
001/2016	reserva e fornecimento de	estimado			



(Processo 472/2016)	bilhetes aéreos no âmbito nacional e internacional.	de R\$ 15.000,00				
Pregão	Thaterial of international	101000,00				
004/2016						
	Com relação ao Preg	ão		Sim	Não	
O processo e	em questão foi numerado?			X		
O prazo do Edital foi respeitado entre a publicação e abertura dos						
envelopes?						
O processo o	-	-				
Lei 8666/93?						
Os Editais ob	Χ					
Os contratos	Χ					
Sobre o Processo Licitatório						
Houve abertu	ıra da sessão pública no dia 20	6/09, restand	lo deserta.			

5.1 - Dispensas

Relação de Dispensa de Licitação Realizada no Período						
Processo	Processo Objeto Fornecedor Valor Contrato					
_	-	-	-	-		

5.2 - Contratos Celebrados no Período

Contrato	Objeto	Fornecedor	Valor	Data assinatura	Publicado
-	-	-	-	-	-

Termo Aditivo	Objeto	Fornecedor	Valor	Contrato Originário
002	Alteração quantitativa dos objetos pactuados.	Supermercad o BR 101 Ltda.	401,77	002/2016
001	Acréscimo de 25% do quantitativo inicialmente contratado.	V2O Comercio e Serviços Ltda. ME	440,00	006/2016
001	Prorrogação da vigência, com	Filomena Vieira Garcia	2.862,09	013/2016



acréscimo de 11,51%	
do quantitativo	
inicialmente fixado.	

VI – TESOURARIA E CONTABILIDADE

6.1 – Conciliações Bancárias (Caixa Econômica Federal – ag. 1836 – C/C 186-1)

Mês	Saldo Conta					Conta
		Corrente Bancário Contábil		cação Contábil		
	Dancano	Contabil	Bancário	Contabii		
Setembro	50,00	50,00	262.913,98	262.733,98		

Há uma diferença de R\$ 180,00 relativo a cheques de pagamentos não descontados pelos credores até 30/09/2016.

6.2 - Resumo das Atividades Realizadas

Atividades Realizadas	Sim	Não	
			se necessário
Os pagamentos são feitos obedecendo à ordem cronológica?	Х		
Os pagamentos por meio eletrônico possuem os comprovantes adequados?	X		
Existe controle dos cheques emitidos e cancelados, são em formulário continuo e arquivadas as copias em ordem numérica?	Х		
Antes de se pagar o empenho é conferido a sua liquidação e autorização para pagamento?	Х		
A conciliação bancária é feita mensalmente?	X		
Os documentos da despesa são arquivados no processo de empenho?	X		
Encaminha bimestralmente a Prefeitura as informações contábeis a serem consolidadas na Contabilidade Geral do Município?	Х		Através de arquivo XML
As disponibilidades financeiras estão	Х		Caixa



depositadas em bancos estatais, que atende ao Art. 164, § 3º da CF?		Econômica Federal
Os pagamentos são feitos após o prévio empenho e com assinatura do ordenador?	Х	
Os recursos financeiros encontram-se aplicados?	Х	Caixa Econômica Federal

VII - PROCESSOS LEGISLATIVO

Processos que Tramitam no Período								
Projeto Protocolados Aprovados Rejeitados/ Tramitan Arquivados								
Lei	01	-	-	02				
Lei Complementar	-	-	-	-				
Decreto	-	-						
Resolução	02	-	-	04				

VIII - DESPESAS COM DIÁRIAS

Diárias		
Destino	Vereador	Valor
Vitória-ES	Fernando Caprini Volponi	60,00
Destino	Servidor	Valor
Vitória-ES	Carla Vieira Salarolli Egidio	60,00
Vitória-ES	Patrícia Munaldi Pinto	60,00
Vitória-ES	Maria José Pereira Vieira	60,00
Vitória-ES	Edson Biancardi Filho	120,00
Vitória-ES	Patrícia Comerio Astori	120,00
Vitória-ES	Patrícia Munaldi Pinto	120,00

IX - CONTROLE DO VEICULO OFICIAL

Regulamentado pela IN SCI 007/2015.

O controle de gastos com o veiculo oficial é efetuado mensalmente.



Seguro do veiculo Fiat Siena, prata, placa MRE-9807, está em dia.

Por não possuir garagem própria o veiculo da Câmara fica recolhido à garagem da residência da Presidente da Câmara.

É preenchido o diário de bordo do veiculo a cada utilização, sendo verificada a seguinte situação:

Quilometragem	Combustível	Média de consumo
3.348	252.042 litros	13,28 l/km

O gerenciamento e controle do uso do veículo oficial foi feito pela servidora Gabriela Anholeti Pereira (Portaria nº 003/2016).

X - DEMAIS DESPESAS

Despesa com Telefonia	
Empresa	Valor
Telemar	601,07
Vivo S/A	113,69

Despesa com Eletricidade	
Valor	662,10

Despesa com Ticket Feira	
Valor 490,00	

Despesa com Estagiários		
Estagiário	Valor	
Kassia Molinari Longue	430,60	
Jherfferson Henrique B. Lovatti	516,72	
Brendo Rocha Paulino	430,60	
Jaqueline Lorencini da Silva	516,72	



Despesa com Publicaç	ão em Órgão Oficial
Valor	119,63

Despesa com SAAE		
Valor	21,78	

Despesa com DETRAN	
Valor 264,76	

Despesa com Postagens	
Valor	-

XI - PARECER GERAL

11.1 - Gestão Financeira

A análise deste Controle Interno, mostra o equilíbrio Financeiro das contas da Câmara Municipal, o orçamento é compatível com os limites constitucionais, o balanço financeiro está em ordem, a execução das despesas é compatível e existe coerência com a despesa liquidada e paga. Opina pela REGULARIDADE.

11.2 - Gestão de Patrimônio

Opina pela REGULARIDADE.

11.3 - Gestão de Pessoal

Opina pela REGULARIDADE.

11.4 - Compras e Almoxarifado

Opina pela REGULARIDADE

11.5 - Licitações e Contrato

Opina pela REGULARIDADE.



11.6 - Tesouraria e Contabilidade

Opina pela REGULARIDADE.

11.7 - Processo Legislativo

Opina pela REGULARIDADE

Senhor Presidente, a expressa opinião desta Controladora em opinar ou não pela Regularidade do itens analisados, depende de auditoria do Tribunal de Contas que ainda pode ou não julgar regulares.

Iconha-ES, 19 de setembro de 2016.

Patricia Munaldi Pinto

Controladora